



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira**  
**Terceira Câmara Criminal**



HABEAS CORPUS Nº: **0205408-0**

001

AÇÃO ORIGINÁRIA Nº: 001.2009.107092-0

COMARCA : Recife – 2ª Vara Criminal  
IMPETRANTE : Gêssiney Nobre da Fonseca  
PACIENTE : Mauro Ezaquiel da Silva Júnior  
PROCURADOR(A) : Maria Helena da Fonte Carvalho  
RELATORA : Des<sup>a</sup>. Alderita Ramos de Oliveira

**EMENTA**

CONSTITUCIONAL. PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS. FORMAÇÃO DE QUADRILHA. LIBERDADE PROVISÓRIA. INDEFERIMENTO DO BENEFÍCIO PELA AUTORIDADE COATORA. AUSÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO. INOCORRÊNCIA. DECISÃO SUCINTA DEVIDAMENTE FUNDAMENTADA. EXTENSÃO DA LIBERDADE CONCEDIDA A DOIS OUTROS CO-RÉUS. IMPOSSIBILIDADE. CONDIÇÕES SUBJETIVAS DISTINTAS. ORDEM DENEGADA.

**I** – Não se mostra ausente de motivação a decisão que, de modo sucinto, e com base em dados concretos, em face da periculosidade do agente, consistente na reiteração delitiva, indefere pedido de liberdade provisória.

**II** – Não se pode aplicar a regra do art. 580, do Código de Processo Penal quando a situação do paciente for diversa da dos co-acusados que foram agraciados com a liberdade provisória.

**III** – Ordem denegada. Decisão unânime.

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos de **Habeas Corpus nº 0205408-0** no qual figuram como partes as retronominadas, **ACORDAM** os Desembargadores componentes da **Terceira Câmara Criminal** do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, **à unanimidade de votos, em denegar a ordem,**



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira**  
**Terceira Câmara Criminal**



002

nos termos do relatório e votos anexos, que passam a integrar este aresto.

Recife, 27 de janeiro de 2010.

  
**Des<sup>a</sup>. Alderita Ramos de Oliveira**  
**Presidente / Relatora**



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira**  
**Terceira Câmara Criminal**

003

**HABEAS CORPUS Nº: 0205408-0**

**AÇÃO ORIGINÁRIA Nº: 001.2009.107092-0**

**COMARCA** : Recife – 2ª Vara Criminal  
**IMPETRANTE** : Géssiney Nobre da Fonseca  
**PACIENTE** : Mauro Ezaquiel da Silva Júnior  
**PROCURADOR(A)** : Maria Helena da Fonte Carvalho  
**RELATORA** : Desª. Alderita Ramos de Oliveira

## **RELATÓRIO**

O Bel. **Géssiney Nobre da Fonseca** impetrou ordem de *Habeas Corpus* liberatório, com pretensão liminar, em favor de **Mauro Ezaquiel da Silva Júnior**, qualificado às fls. 02, alegando ausência de fundamentação da decisão que indeferiu pedido de liberdade provisória do paciente, nos autos da ação penal nº 001.2009.107092-0, a que responde o acusado perante o Juízo da 2ª Vara Criminal da Capital, por suposta infração ao art. 288<sup>1</sup>, do Código Penal.

Aduz ainda, a impetração, que o paciente faz jus à extensão dos efeitos da decisão que revogou a prisão de 02 (dois) outros co-réus, nos termos do art. 580<sup>2</sup>, do Código de Processo Penal.

A inicial veio acompanhada dos documentos de fls. 14/61.

Em decisão interlocutória de fls. 74/75, indeferi o pedido liminar, solicitando informações à autoridade coatora, que as prestou às fls. 78/79, acompanhadas do documento de fls. 80/81.

<sup>1</sup> **Quadrilha ou bando**

**Art. 288** - Associarem-se mais de três pessoas, em quadrilha ou bando, para o fim de cometer crimes:

**Pena** - reclusão, de um a três anos.

**Parágrafo único** - A pena aplica-se em dobro, se a quadrilha ou bando é armado.

<sup>2</sup> **Art. 580.** No caso de concurso de agentes (Código Penal, art. 25), a decisão do recurso interposto por um dos réus, se fundado em motivos que não sejam de caráter exclusivamente pessoal, aproveitará aos outros.



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira**  
**Terceira Câmara Criminal**



004

A douta Procuradoria de Justiça, na pessoa da Dr<sup>a</sup>. Maria Helena da Fonte Carvalho, ofereceu parecer opinando pela denegação da ordem (fls. 84/85).

É o relatório.

Recife, 27 de janeiro de 2010.

  
Des<sup>a</sup>. Alderita Ramos de Oliveira - Relatora



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira**  
**Terceira Câmara Criminal**



005

**HABEAS CORPUS Nº: 0205408-0**

**AÇÃO ORIGINÁRIA Nº: 001.2009.107092-0**

**COMARCA** : Recife – 2ª Vara Criminal  
**IMPETRANTE** : Géssiney Nobre da Fonseca  
**PACIENTE** : Mauro Ezaquiel da Silva Júnior  
**PROCURADOR(A)** : Maria Helena da Fonte Carvalho  
**RELATORA** : Desª. Alderita Ramos de Oliveira

### **VOTO**

Trata-se de pedido de *Habeas Corpus* em que o impetrante alega que o paciente faz jus ao benefício da liberdade provisória, indeferido pela autoridade coatora, pugnando, ainda, pela extensão dos efeitos da decisão que deferiu a benesse a outros 02 (dois) co-acusados.

O paciente responde à ação penal nº 222.2009.011185-9, perante o Juízo da 2ª Vara Criminal da Comarca de Recife, juntamente com outros 09 (nove) co-réus, como incurso nas sanções do art. 288, do Código Penal.

O magistrado processante, ao indeferir o pedido de liberdade provisória formulado pela defesa do paciente, e deferir a mesma benesse a outros 02 (dois) acusados fundamentou sua decisão nos seguintes termos (fls. 14/15):

*"(...) Conforme narra a peça acusatória, o primeiro requerente, Mauro Ezaquiel, juntamente com a também ré, Márcia Cristina, seria responsável pela clonagem de cartões de crédito e débito, havendo, inclusive, gravações telefônicas nas quais os denunciados consultavam instituições financeiras sobre os saldos das contas fraudadas e de posse das informações sobre o numerário existente, realizavam saques com os cartões clonados, compravam mercadorias e as vendiam a outros integrantes da quadrilha.*

*(...)*



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira**  
**Terceira Câmara Criminal**



006

*Com visto, há indícios de que o réu Mauro Ezaquiel seria um dos principais integrantes dessa organização criminosa. Há notícias nos autos de que outros inquéritos foram gerados para apurar a sua participação em diversos crimes praticados pela quadrilha. Ressalto que sua folha de Antecedentes Criminais possui várias ocorrências por crimes de Estelionato, além de noticiar uma condenação criminal por formação de quadrilha e falsidade ideológica. Logo, percebe-se que o requerente possui péssimos antecedentes criminais, inclusive com condenação criminal por crime semelhante ao que está sendo acusado nesses autos. Logo, não há dúvidas de que a ordem pública está ameaçada caso o réu seja posto em liberdade, razão pela qual indefiro o requerimento de fl. 532/538, mantendo o decreto de prisão preventiva em relação à sua pessoa.*

*(...)*

*De outra forma, no que tange aos requerimentos formulados pelos denunciados Josemilson Ramos e Fábio Roberto, observo que, embora os fatos sejam graves, não há motivos para suspeitar que algum deles pretenda se furtar a aplicação da lei penal, bem como represente risco a ordem pública, pois não há relatos na certidão do sistema judwin (fl. 626) bem como em suas folhas de antecedentes criminais (fl. 647 e 649) sobre outros crimes praticados, preenchendo os requisitos de endereço certo e ocupação. Logo, revogo o decreto de prisão preventiva em relação a eles. (...)"*

Como visto a decisão guerreada encontra-se devidamente fundamentada para a garantia da ordem pública e conveniência da instrução penal, haja vista a periculosidade do paciente, evidenciada na reiteração delitiva, demonstrada nas ações penais a que responde e que fora condenado, inexistindo, portanto, qualquer eiva tendente a tisonar o decreto fustigado.

Ademais, importante frisar que, conforme orienta parte da jurisprudência pátria: "A periculosidade não é de ser lembrada tão somente no instante da aplicação da pena, mas também para justificar a decretação da prisão preventiva. (TACRSP – RT 590/362) (...)", como



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira**  
**Terceira Câmara Criminal**



007

bem o fez a douta juíza monocrática ao indeferir a liberdade do paciente.

Deste modo, não há que se cogitar em ausência de fundamentação, tendo em vista que a periculosidade do agente, aliada à reiteração delitiva é motivação suficiente para que seja indeferida sua liberdade provisória, como assentado na jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, *verbis*:

*"(...) III - Na hipótese, a decisão que indeferiu o pedido de liberdade provisória encontra-se devidamente fundamentada na garantia da ordem pública. Isso porque o paciente ostenta outros registros criminais, inclusive pela prática do delito de extorsão e de outros crimes contra o patrimônio. Tal circunstância evidencia, de forma concreta, risco de reiteração delitiva, a justificar a manutenção da prisão cautelar (Precedentes).*

*IV - 'É válido decreto de prisão preventiva para a garantia da ordem pública, se fundamentado no risco de reiteração da(s) conduta(s) delitiva(s) (HC 84.658).' (HC 85.248/RS, Primeira Turma, Rel. Min. Carlos Britto, DJU de 15/06/2007). (...)*

*Writ parcialmente conhecido e, nesta parte, denegado."*  
*(HC 142.930/RS, Relator Ministro Felix Fischer, Quinta Turma, julgado em 19/11/2009 e publicado no DJ de 07/12/2009).*

E mais:

*"(...) Não há ilegalidade no decreto de prisão preventiva exarado contra o paciente, tampouco no acórdão confirmatório da segregação, eis que a custódia encontra-se fulcrada no dispositivo legal e na jurisprudência dominante.*

*A reiteração de condutas criminosas, denotando a personalidade voltada para a prática delitiva, obsta a revogação da medida constritiva para garantia da ordem pública. Precedente.*

*(...)*

*Recurso parcialmente conhecido e desprovido."*



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira  
Terceira Câmara Criminal



608

(RHC 20.092/SP, Relator Min. Gilson Dipp, Quinta Turma, julgado em 26.09.2006 e publicado no DJ de 23.10.2006, p. 328)

É o caso dos autos.

No que pertine ao pedido de extensão da decisão que deferiu a liberdade provisória aos co-acusados Josemilson Ramos e Fábio Roberto, nos termos do art. 580<sup>3</sup>, do Código de Processo Penal, cuido não ser possível tal pretensão, porquanto o paciente não apresenta as mesmas condições subjetivas dos co-réus, que são primários e não registram antecedentes criminais, consoante firme jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, *verbis*:

*"HABEAS CORPUS. ARTIGO 580 DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL. SITUAÇÕES DISTINTAS. IMPOSSIBILIDADE. ORDEM DENEGADA.*

*1. Se a situação do requecente é diversa em relação ao corréu, em cujo favor o benefício foi concedido, inviável o atendimento do pedido de extensão dos efeitos da decisão.*

*2. Ordem denegada."*

(HC 131.985/BA, Relator Ministro Celso Limongi (Desembargador Convocado do TJ/SP), Sexta Turma, julgado em 10/11/2009 e publicado no DJ de 30/11/2009).

É o caso dos autos.

Ante o expendido, e em consonância com o parecer da douta Procuradoria de Justiça, **denego a ordem**.

Recife, 27 de janeiro de 2010.

  
Des<sup>a</sup>. Alderita Ramos de Oliveira – Relatora

<sup>3</sup> Art. 580 - No caso de concurso de agentes (Código Penal, art. 25), a decisão do recurso interposto por um dos réus, se fundado em motivos que não sejam de caráter exclusivamente pessoal, aproveitará aos outros.